

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS – UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NATÁLIA LIMA DE ASSIS

ANÁLISE COMPARATIVA DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
EM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL
PARA OS ANOS DE 2006 E 2016

DOURADOS/MS

2022

NATÁLIA LIMA DE ASSIS

**ANÁLISE COMPARATIVA DA QUALIDADE DO GASTO PÚBLICO
EM EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS DE MATO GROSSO DO SUL
PARA OS ANOS DE 2006 E 2016**

Trabalho de Graduação apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora:

Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jonathan Gonçalves da Silva

Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel

Dourados/MS

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

<p>Assis, Natália Lima de</p> <p>Análise comparativa da qualidade do gasto público em educação nos municípios de Mato Grosso do Sul para os anos de 2006 e 2016. / Natália Lima de Assis. – Dourados, 2022.</p> <p>Orientador: Roselaine Bonfim de Almeida</p> <p>TCC (Graduação) Ciências Econômicas - Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Educação - gasto público. 2. Qualidade do gasto. Título.</p>

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E
ECONOMIA - FACE/UFGD



ATA DE APROVAÇÃO DE BANCA EXAMINADORA DE TRABALHO DE GRADUAÇÃO II, SEMESTRE LETIVO 2022.1

Análise comparativa da qualidade do gasto público em educação nos municípios de Mato Grosso do Sul para os anos de 2006 e 2016


Natália Lima de Assis

Esta monografia, realizada presencialmente, foi julgada adequada para aprovação na atividade acadêmica específica de Trabalho de Graduação II, que faz parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel nas Ciências Econômicas pela Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia — FACE da Universidade Federal da Grande Dourados — UFGD.

Apresentado à Banca Examinadora integrada pelos professores:


Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida
(Presidente)


Prof. Dr. Jonathan Gonçalves da Silva
(Avaliador 1)


Prof. Dr. Paulo Henrique de Oliveira Hoeckel
(Avaliador 2)

DOUDADOS-MS, 20 de outubro de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que ao longo deste processo não me fez desistir nos momentos difíceis, e aos meus pais que me deram a vida e sempre me incentivaram a estudar. Agradeço a minha orientadora, Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida, pela ajuda na execução deste trabalho, pela paciência e pelo apoio e compreensão, pois sem ela esta monografia não seria possível.

Agradeço também a todos os meus professores por todos os ensinamentos que vão além da ciência. Por fim, agradeço a todos os funcionários da Universidade Federal da Grande Dourados por proporcionarem um espaço propício para a conclusão deste curso.

RESUMO

Apesar de ainda necessitar de avanços, a educação no Brasil evoluiu muito ao longo do tempo, o que pode ter contribuído para o crescimento e desenvolvimento do país. No estado de Mato Grosso do Sul tem acontecido o mesmo. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar a qualidade dos gastos públicos em educação no estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 2006 e 2016. Para isso, foi calculado um indicador de qualidade do gasto público em educação. Esse indicador foi criado a partir de dados do desempenho dos estudantes e dos gastos por aluno. O gasto público em educação foi medido pela relação entre a despesa realizada na função Educação Fundamental e o número de matrículas na rede pública do ensino fundamental. Como indicador de desempenho educacional foi utilizado o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal na área da educação. A razão entre os indicadores de desempenho educacional e de despesa gasta com educação é o indicador de qualidade do gasto, que permite a classificação dos municípios de Mato Grosso do Sul para os anos de 2006 e 2016. Assim, foi possível verificar que menores despesas resultam em melhor qualidade do gasto municipal em educação, o que mostra que a qualidade do gasto pode estar relacionada com a gestão dos recursos públicos aplicados.

Palavras-chave: Educação; Gasto Público; Qualidade do gasto.

ABSTRACT

Despite still needing advances, education in Brazil has evolved a lot over time, which may have contributed to the growth and development of the country. In the state of Mato Grosso do Sul, the same thing has happened. Thus, the present work aims to analyze the quality of public spending on education in the state of Mato Grosso do Sul in the years 2006 and 2016. For this, an indicator of the quality of public spending on education was calculated. This indicator was created from data on student performance and spending per student. Public spending on education was measured by the ratio between spending on Elementary Education and the number of enrollments in the public elementary school network. As an indicator of educational performance, the FIRJAN Index of Municipal Development in the area of education was used. The ratio between the educational performance indicators and the expenditure spent on education is the expenditure quality indicator, which allows the classification of the municipalities of Mato Grosso do Sul for the years 2006 and 2016. Thus, it was possible to verify that lower expenditures result in better quality of municipal spending on education, which shows that the quality of spending may be related to the management of public resources applied.

Keywords: Education; Public Spending; Quality of Spending.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA.....	9
1.1 OBJETIVOS	10
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	10
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	11
3. METODOLOGIA.....	17
3.1 ÁREA DE ESTUDO	17
3.2 FONTE DE DADOS E CÁLCULO DO INDICADOR	18
4. RESULTADOS	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. INTRODUÇÃO

Durante o período colonial a educação da população brasileira foi por muito tempo uma obrigação da igreja, isso, por meio da catequese e, apenas alguns grupos tinham o privilégio de estudar. Porém, com o passar do tempo a educação passou a ser um dever do Estado. Assim, surgiu no século XVIII a necessidade de implantação de escolas no Brasil. Entretanto, somente após a Primeira Guerra Mundial, e com o início da industrialização no século XX, houve uma maior preocupação com as escolas (RIBEIRO, 1993).

Desde então, ocorreram avanços, por exemplo, o sistema escolar brasileiro foi reorganizado, tornando-se gratuito. Além disso, segundo o art. 205 da Constituição Federal a educação passou a ser um direito de todos, sendo ofertada por estados e municípios, os quais são responsáveis pelo ensino fundamental e o estado por fornecer o ensino médio aos estudantes (BRASIL, 1988).

Em 1946 surgiu no Brasil a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que reafirma o direito à educação. A LDB é a legislação que regulamenta os direitos à educação, embasada nos princípios da Constituição Federal. A LDB foi criada com o intuito de garantir e ampliar os direitos à educação da população brasileira, definindo as respectivas responsabilidades de cada órgão em relação à educação (OLIVEIRA, 2019).

Segundo o Art. 212 da Constituição Federal, os gastos do governo em educação são financiados pela arrecadação de impostos, que estabelece que o percentual de 25% das receitas deve ser investida em educação nos estados e municípios (BRASIL, 1988). No Brasil discute-se muito os gastos realizados pelo governo, porém, são poucos os trabalhos que analisam a sua eficiência. Na esfera da educação, os gastos municipais são os que apresentam papel mais importante para a população, tendo um peso maior. Acredita-se que um aumento dos gastos municipais na educação fundamental traga melhores resultados. Entretanto, segundo Zoghbi (2011) isso não resolveria o problema já que haveria uma necessidade de aumento das receitas e, conseqüentemente, aumento da carga tributária. Portanto, para melhorar a educação é necessário que os gastos sejam alocados de forma mais eficiente.

Preocupados com a qualidade do ensino, na década de 1990 o Brasil adotou a avaliação SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), a qual tem como finalidade avaliar o nível de aprendizagem no país. Já no ano de 2006 foi criado o FUNDEB (Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização dos Profissionais de Educação), fundo que se destina a financiar a educação no Brasil. Ao acumular receitas, resultantes de impostos, o recurso é dividido e alocado, para que o governo ofereça educação no país (OLIVEIRA, 2019).

De acordo com Haufes (2017), nos últimos anos o governo vem propondo avanços e investindo mais recursos na educação para melhorar o nível educacional do país. Depois da criação do FUNDEB e do SAEB foi possível analisar a qualidade da educação e rever propostas para melhorar a eficiência dos gastos (HAUFES, 2017). É importante lembrar os benefícios da educação à sociedade, como a melhoria da condição social da população, desenvolvimento da ciência, qualificação da mão-de-obra, elevação do nível do capital humano e, em consequência, o desenvolvimento econômico e social.

Nesse sentido, ao analisar a importância da educação no Brasil, este trabalho pretende analisar a qualidade do gasto público em educação nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul e como ela pode influenciar a eficiência do sistema educacional sul-mato-grossense. Para isso, será utilizado um indicador da qualidade da educação.

1.1 O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Na literatura sobre Economia da Educação é possível encontrar estudos que analisam o gasto público em educação. Para Wilbert e D' Abreu (2013) a educação não é um bem público puro, mas sim um objetivo de política pública que pretende melhorar a alocação de recursos públicos, já que uma maior oferta de educação influencia em uma maior redistribuição de riqueza, oportunizando mais condições de mobilidade social.

Entretanto, existem algumas limitações em relação aos indicadores de qualidade educacional. Segundo Souza e Bezerra Filho (2018), na maioria das vezes é avaliado apenas o nível de escolaridade do aluno e pouco se fala sobre a gestão financeira dos recursos públicos. Segundo Menezes-Filho (2012) países com um melhor nível educacional possuem um crescimento econômico maior.

No Brasil, segundo o Plano Nacional de Educação, a expectativa que se tem é de aumento dos investimentos em educação. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o país investe 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação (OCDE, 2022). Até o ano de 2024 a meta é que seja investido um valor referente a 10% do PIB. Entretanto, para que haja bons resultados é importante uma gestão mais eficiente dos recursos destinados à educação (BRASIL, 2014).

De acordo com Oliveira (2019), a avaliação da alocação dos recursos públicos pode ampliar a utilização desses serviços, de maneira que ao identificar quais fatores contribuem para essa eficiência, a administração pública pode criar mecanismos que potencializem ainda

mais uma alocação ótima dos recursos públicos e, conseqüentemente, trazendo bem-estar para a sociedade.

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (2018), Mato Grosso do Sul é o estado da região Centro-Oeste com a maior taxa de distorção idade-série, sendo 32% dos alunos matriculados. A taxa de distorção idade-série mostra o percentual de alunos que tem idade maior que dois anos da série esperada em que deveriam estar. Além disso, as diferenças geográficas e econômicas, segundo Oliveira (2019), estão ligadas aos desafios da administração pública do estado em alocar recursos de maneira eficiente na educação.

Nesse contexto, o presente trabalho visa analisar a qualidade do gasto público em educação nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, o que na maioria das vezes é uma informação desconhecida pela maior parte da população. A ideia é que essa informação possa contribuir para demonstrar se esses recursos estão sendo empregados de forma eficiente no sistema educacional do estado.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar a qualidade dos gastos públicos em educação nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul, nos anos de 2006 e 2016. Especificamente pretende-se:

- Através do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na dimensão Educação (IFDM-Educação), analisar a qualidade da educação nos municípios de Mato Grosso do Sul nos anos de 2006 e 2016;
- Analisar a importância dos gastos públicos em educação nos municípios de Mato Grosso do Sul;
- Através de um indicador, analisar a qualidade do gasto público educacional nos municípios de Mato Grosso do Sul nos anos de 2006 e 2016, fazendo uma comparação entre os resultados encontrados nesses dois anos.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho está dividido em cinco seções, sendo a primeira seção a introdução, que destaca a importância da educação e os objetivos do presente trabalho. A

seção dois apresenta a revisão bibliográfica, que mostra a relevância de se analisar o gasto público em educação. A seção três apresenta a metodologia utilizada para elaborar este trabalho, apresentando a área de estudo, a fonte dos dados e o cálculo do indicador. A seção quatro apresenta os resultados da pesquisa, enquanto a seção cinco apresenta as considerações finais do trabalho.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Atualmente, no Brasil a educação desempenha um papel essencial para a sociedade, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico do país. De acordo com Haufes (2017), a produtividade depende da qualidade da mão de obra, sendo considerada um fator preponderante para o desenvolvimento econômico. Ao longo dos anos, segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o número de alunos na rede pública de ensino tem aumentado, mostrando a evolução da escolarização brasileira (MEC, 2019).

Para Castilho (2003) o capital humano é um determinante do crescimento econômico, sendo que através de modelos econômicos foi possível verificar que a educação interfere no padrão de crescimento da economia. Para a autora, investir em educação tem retornos positivos, gerando níveis de renda maiores, já que a educação afeta a distribuição de renda dos indivíduos.

Segundo Castilho (2003) a educação é um importante fator na formação dos indivíduos, pois eles aprendem a conviver em sociedade, analisar e solucionar problemas. Dessa maneira, por intermédio da educação é possível diminuir a desigualdade social, a violência, a taxa de mortalidade, o desemprego e a pobreza.

No estudo de Nogueira (2019), o autor afirma que para haver desenvolvimento humano há a necessidade de crescimento econômico. O capital humano é considerado pelo autor um fator que influencia os salários dos trabalhadores. Para verificar isso, o autor se baseia em vários modelos de crescimento econômico, usando um modelo em painel Mankiw, Romer e Weil (1992) – MRW, isso para os anos de 1994 a 2016. A variável analisada foi denominada capital estruturante, o qual possui características físicas e humanas conjugadas. Nesse modelo, a variável estatisticamente mais significativa para a contribuição do crescimento da economia estava relacionada com o capital habilidade (nível de educação) mensurado pelo indicador de educação. Após satisfazer estas condições, testou-se um indicador de desenvolvimento humano generalizado, para compreender os níveis de

desenvolvimento das regiões do Brasil. Os resultados encontrados, em relação à educação, foram indicadores significativos de que o capital humano influencia diretamente o crescimento e o desenvolvimento regional do Brasil.

Tendo em vista que a educação é importante para o desenvolvimento da sociedade, uma questão relevante a ser levantada está relacionada ao valor que deveria ser gasto com educação. O ideal é que os recursos sejam alocados de forma eficiente. Para tentar responder a essa pergunta, Zoghbi (2011) avalia a eficiência dos gastos em educação no ensino fundamental para 457 municípios paulistas no ano de 2005. Para isso, a autora usou o índice de Gasto por Aluno, que foi calculado através dos dados de gasto com o ensino fundamental por município dividido pelo número de matriculados. Além disso, a autora calculou o índice de distorção Idade-Série, tentando identificar a idade adequada dos alunos para cada série.

Em sua análise, a autora relacionou através de índices e indicadores o PIB *per capita*, sendo a variável independente a população de habitantes do município e o partido político, distorção idade-série, aprovação, gasto por aluno, proficiência e IDEB dos municípios de São Paulo. Com os resultados foi possível identificar que existe desperdício de recursos em alguns municípios já que mesmo com gastos elevados eles tiveram um resultado ruim na Prova Brasil, que avalia a capacidade de leitura e cálculos básicos dos estudantes.

De acordo com Zoghbi (2011) a educação é um investimento que gera impactos diretos na economia, sendo que o capital humano promove o aumento da produtividade, crescimento e desenvolvimento no longo prazo. Gastos públicos em educação contribuem e geram uma alocação eficiente de recursos. A autora ainda argumenta que a educação ajuda a corrigir falhas de mercado.

Em seu trabalho, Amaral e Menezes-Filho (2012) analisaram dados do Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) dos alunos da 4ª e 8ª série do ensino fundamental, e da 3ª série do ensino médio em 2003. A ideia era verificar quais eram os fatores que contribuíam para um melhor desempenho dos estudantes na escola. A partir dos resultados obtidos, os autores criaram algumas propostas de políticas educacionais para melhorar a qualidade do ensino brasileiro. Os autores observaram que entre as variáveis que afetam o desempenho dos alunos está a quantidade de horas que o aluno passa na escola.

Ainda, Amaral e Menezes-Filho (2012) tinham como objetivo analisar se a qualidade da gestão municipal tem influência no desempenho da educação básica no Brasil. Os autores buscaram reconstruir o Índice de Qualidade da Gestão Pública para os anos de 2009 e 2012. Para isso, os autores utilizaram um modelo econométrico cuja variável dependente eram as notas médias das redes municipais na Prova Brasil e as variáveis independentes eram o gasto

por aluno, horas-aula por dia, docentes com curso superior. Os resultados encontrados mostram uma correlação positiva entre a qualidade da gestão municipal e o resultado do IDEB. Observou-se também que o desempenho dos alunos brasileiros foi ruim, em relação ao esperado. Ademais, as notas tinham grande variação em cada estado e quando comparado ao desempenho de outros países, o Brasil ainda tem muito a melhorar.

Gonçalves (2017) teve o objetivo de mostrar a relação do gasto público em ensino com a evolução do nível educacional, sendo possível analisar a influência dos investimentos em educação na melhora do nível de ensino. Ademais, tentou-se mostrar a influência do gasto público na melhoria do nível do ensino público, além de demonstrar a importância desta ferramenta para a tomada de decisão dos agentes. Para verificar se o gasto público tem influência no nível educacional, foram coletados dados sobre as despesas com educação e o resultado das avaliações do IDEB e utilizado o modelo econométrico de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), descrevendo assim, as relações entre as variáveis responsáveis pela obtenção dos resultados e coeficientes. Os resultados mostram que na região Centro-Oeste o gasto público em educação é um fator importante para o desenvolvimento educacional, porém, de acordo com o coeficiente encontrado, o aumento do volume de gastos em educação não é estatisticamente significativo na melhoria da qualidade da educação do ensino fundamental.

Em seu artigo, Oliveira (2019) analisa a eficiência dos investimentos públicos em educação no estado de Mato Grosso do Sul para o ensino fundamental. Para isso, ele utiliza a modelagem matemática de Análise Envoltória de Dados (DEA) pelo modelo BCC (BANKER; CHARNES; COOPER, 1984), conhecido como modelo VRS (Variable Returns to Scale) que trabalha com tecnologias que apresentam retornos variáveis de escala, usado quando existe um aumento de insumos. Dentre as variáveis utilizadas pelo autor, estão as despesas liquidadas, gasto médio por aluno matriculado, Índice de Desenvolvimento Humano em educação e renda e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os resultados do trabalho mostram que os municípios do estado de Mato Grosso do Sul estão alocando os recursos públicos em educação de maneira eficiente.

Monteiro (2015) buscou analisar a relação entre gasto público em educação e desempenho educacional, verificando-se que os aumentos na despesa municipal em educação estão associados com o aumento de escolarização. Com a análise os municípios brasileiros mostraram que um maior investimento não significa melhor qualidade de ensino. Monteiro (2015) analisa que a educação no Brasil teve avanços, sendo que a média de anos de estudos aumentou 55% em 20 anos, realizando uma análise do aumento das despesas em educação

com mais de 4000 municípios, o autor realizou a análise através de um modelo econométrico utilizando os dados do Finbra, sobre número de professores, número de escolas, bem como variáveis relacionadas à infraestrutura escolar. O resultado mostrou uma relação positiva entre os indicadores desempenho e despesas, porém não se pode comprovar que o maior gasto em educação melhorou a qualidade do ensino, já que o coeficiente calculado não foi significativo.

Segundo Silva (2021) a educação de qualidade é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento de uma nação. Por meio dela é possível gerar riqueza, ao passo que o nível de instrução impacta em um dos principais fatores de produção, o capital humano, fator que alavanca a produção de bens e serviços e, conseqüentemente, alavancando a nação. Desta maneira, o autor tenta demonstrar fatores que influenciam na qualidade da educação. Nesse sentido, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1998) teve papel importante em reconhecer a necessidade da educação básica de qualidade, o que favoreceu a criação de fundos da educação. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), substituído posteriormente pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), tentou melhorar o repasse dos recursos que foram investidos em educação. Depois disso, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado para avaliar a qualidade da educação das escolas públicas brasileiras, onde se estabeleceu metas e objetivos para serem alcançados.

Silva (2021) analisou o gasto público educacional no ensino básico das escolas públicas brasileiras, utilizando os resultados das avaliações do INEP, FINBRA, do Tesouro Nacional (transferências a estados e municípios (Fundef e Fundeb)) e do IBGE. Através da análise de dados foi possível verificar que escolas com muitos alunos têm suas notas do Ideb prejudicadas, já o número de professores e de turmas tem uma correlação positiva com os bons resultados das avaliações do SAEB. O ambiente familiar do aluno também impacta nos seus resultados, assim como a renda *per capita* da família. Desta forma, foi possível perceber que somente o gasto em educação não garante um bom resultado nas notas do Ideb.

Em sua análise Salazar e Pereira (2021) tentam identificar os determinantes da eficiência do gasto público em educação para os 36 municípios da mesorregião do Campo das Vertentes de Minas Gerais. Para isso, os autores utilizaram o gasto por aluno e o número de matrículas para analisar o gasto por aluno e alunos por professor. Através de uma análise envoltória de dados (DEA) usando as variáveis número de matriculados, notas do Ideb e gasto por aluno foi possível verificar uma ineficiência dos gastos em educação, sendo possível perceber que a educação fundamental precisa de mudanças para melhorar a sua eficiência.

Além disso, dos municípios avaliados, apenas 7 tiveram escores altos e os municípios com maiores gastos não foram considerados eficientes.

Souza e Bezerra Filho (2018) analisaram os efeitos do gasto público na qualidade educacional do ensino fundamental nas capitais do Brasil. Para isso, os autores criaram um indicador de qualidade educacional usando como variáveis independentes os gastos médios por aluno da rede de ensino fundamental, o PIB municipal *per capita*, o Índice de Desenvolvimento

Humano (IDH), a porcentagem estimada da população com ensino médio completo, Índice Receita Própria e os gastos médios por aluno do ensino fundamental dos municípios que foram analisados. Através desta análise verificou-se que aumentar o gasto em educação nas capitais brasileiras provoca uma redução no indicador, demonstrando a ineficiência na aplicação do investimento em educação. O IDH para Souza e Bezerra Filho (2018) foi uma variável que se mostrou bem explicativa positivamente para o indicador, de maneira que foi possível observar a qualidade dos gastos educacionais.

Os modelos *free disposable hull* (FDH) convencionais são usados para avaliar o desempenho de um conjunto de empresas ou unidades de tomada de decisão usando dados determinísticos de entrada e saída. Brunet et al. (2008), através do modelo (FDH), tentaram comparar os gastos dos estados em diferentes funções, como educação e cultura. Usando as variáveis de recursos financeiros alocados no orçamento para a educação e cultura nos diferentes estados do Brasil, o número de alunos por professor, de escolas e percentual de matrículas, buscando relacionar os recursos públicos e a oferta de bens e serviços. Concluindo que dos estados com resultados eficientes quatro tem despesas abaixo da média.

Segundo Brunet et al. (2008), a maior parte do gasto público em educação é investido nas etapas básicas, como o ensino fundamental e educação infantil. Esse gasto influencia de maneira positiva no desempenho dos alunos, o que resulta em qualidade do gasto público. Dessa maneira, é possível perceber a importância do gasto eficiente para atingir metas e objetivos.

Bernardo e Almeida (2019) analisam os recursos públicos aplicados na educação e como ele influencia o nível de qualidade de ensino nos municípios do estado de Minas Gerais. Isso, através de um modelo de dados em painel para um período de cinco anos, sendo possível verificar que o acesso à internet, o PIB *per capita* e a frequência escolar dos alunos são fatores que contribuem positivamente para o desenvolvimento do ensino no país.

O estudo de Sallaberry et al. (2022), teve como objetivo procurar os determinantes do gasto público em educação das cidades sul-mato-grossenses, isso no período de 2010 a 2018.

Usando uma amostra dos 79 municípios do estado foi realizado uma regressão com dados em painel de efeitos fixos. A amostra de dados usada pelos autores foi o desvio na distribuição das matrículas em relação a população, a distribuição desproporcional do PIB e dos gastos entre municípios do estado. Foi possível analisar que o gasto público educacional é determinado pelo número de habitantes, pelo PIB *per capita* e pelo ano eleitoral municipal. Porém, as variáveis ano eleitoral e número de matrículas não possuem influência relevante no gasto público em educação, sendo possível entender que o baixo investimento em educação se origina da baixa capacidade de obter recursos próprios.

Haufes (2017) buscou avaliar a qualidade do gasto público em educação nas redes municipais do ensino fundamental do estado de Mato Grosso do Sul no ano de 2015. Para isso, foi utilizado um método de comparação entre o gasto realizado por cada município sul-mato-grossense e os resultados dos estudantes medida pela aprendizagem. Para calcular o gasto público por aluno foram coletados dados das despesas liquidadas na Função educação dividido pelo número de matriculados na rede pública do ensino fundamental, sendo comparada com os resultados da avaliação SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica. O resultado da comparação entre essas variáveis foi um indicador de desempenho do ensino e despesa, permitindo analisar a qualidade do gasto público em educação.

Haufes (2017) conseguiu analisar em nível municipal no estado de Mato Grosso do Sul que menores despesas em educação tem mais eficiência, visto que o resultado do indicador depende de um bom desempenho dos estudantes dividido por uma despesa menor. De acordo com o resultado do indicador, foi possível perceber que a gestão dos gastos é de extrema importância nos municípios. Apesar do método usado pelo autor ser realizado através de comparação entre o gasto e a qualidade de ensino, os dados utilizados possuem algumas limitações, já que os resultados foram apresentados através de escores padronizados, porém são instrumentos de transparência das políticas municipais em educação.

Zoghbi (2011), Nogueira (2019), Amaral e Menezes-Filho (2012), Gonçalves (2017) e Haufes (2017) são alguns dos autores que procuraram analisar a relação entre o gasto em educação e o desempenho dos alunos. Todos, de alguma forma, mostraram que o gasto em educação influencia no desempenho dos alunos. Porém, não necessariamente maiores gastos representam melhores resultados do que os com poucos recursos. Monteiro (2015), Silva (2021), Salazar (2021) e Sallaberry et al. (2022), observaram que além dos gastos em educação, existem outros fatores que também podem estar relacionados com o desempenho educacional e entre as variáveis usadas o PIB *per capita* foi um dos que mais influenciaram.

Então foi possível concluir que embora o gasto educacional tenha relação com a qualidade da educação ainda há problemas a serem solucionados para melhorar o desempenho da educação. As ferramentas usadas para melhorar a qualidade do ensino ainda são insuficientes, muitas dificuldades são enfrentadas pelos gestores para gerar bons resultados mesmo com poucos recursos.

Neste contexto, observando a revisão bibliográfica deste trabalho é possível perceber a importância da educação e como ela contribui para uma sociedade. Além disso, esta pesquisa contribui em identificar e analisar a qualidade do investimento em educação no estado de Mato Grosso do Sul, colaborando no aprimoramento das tomadas de decisão e mostrando a evolução da qualidade do gasto em educação no estado.

3. METODOLOGIA

Este estudo tem como objetivo analisar como o gasto público educacional está relacionado com a qualidade da educação no estado de Mato Grosso do Sul. Para isso, seguindo os trabalhos de Brunet et al. (2008) e Haufes (2017) será calculado um indicador da qualidade da educação. A diferença entre esse trabalho e o de Brunet et al. (2008) é que enquanto ele analisa a qualidade dos gastos a nível estadual, este trabalho faz uma análise a nível municipal. Haufes (2017) calculou um indicador de qualidade do gasto para Mato Grosso do Sul utilizando dados de 2015. Entretanto, esta monografia se diferencia por fazer uma análise comparativa entre 2006 e 2016 e, dessa forma, tentar entender se houve uma melhora do indicador ao longo de uma década. Esse período foi escolhido porque o ano mais recente com dados do índice Firjan é 2016.

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O estado de Mato Grosso do Sul possui muitas riquezas, sempre teve um rico solo e excelentes condições climáticas. A exportação de alimentos é sua principal atividade econômica e, de acordo com Cosonato (2015), o estado de Mato Grosso do Sul é referência na área agroindustrial, tendo grande aumento da produtividade no campo com a utilização de novas tecnologias.

Localizado ao sul da região Centro-Oeste, o estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios, em uma área de 357.147,994 km² e uma população estimada, em 2019, de 2.839.188 habitantes, com densidade demográfica de 6,86 hab/km² (IBGE, 2019).

Com sua economia voltada para o agronegócio, o estado de Mato Grosso do Sul vem diversificando sua matriz econômica, fazendo com que a agroindústria evolua cada vez mais. Ademias, “houve a necessidade de iniciar a industrialização do estado, que, interligado ao agronegócio, tendeu para este ramo em seu processo industrial, dando origem à agroindústria sul-mato-grossense.” CASONATO (2013, p. 02).

Logo, o avanço tecnológico e a agroindústria ocasionaram no aumento da demanda por trabalhadores qualificados. Porém, alguns problemas ainda persistem como, por exemplo, o acesso à educação, evasão escolar, analfabetismo, e a falta de investimentos em educação gratuita e de qualidade. A educação interfere sobretudo na renda dos indivíduos e na taxa de desemprego, logo, fica evidente a importância da educação para o desenvolvimento social e econômico da população do estado de Mato Grosso do Sul.

Na figura abaixo observa-se a área de estudo, ou seja, o estado de Mato Grosso do Sul. Na figura 1 o mapa está dividido em 11 microrregiões.



Figura 1- Mapa estado de Mato Grosso do Sul.
Fonte: IBGE (2014).

3.2 FONTE DE DADOS E CÁLCULO DO INDICADOR

Os dados utilizados no presente trabalho para estimar o indicador de desempenho da

educação serão do IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na Dimensão Educação. Esse indicador é composto pelas seguintes variáveis: atendimento à educação infantil; abandono no ensino fundamental; distorção idade-série no ensino fundamental; docentes com ensino superior no ensino fundamental; média de horas-aula diárias no ensino fundamental; resultado do IDEB no ensino fundamental. Esse índice varia entre 0 e 1 e quanto mais próximo de 1, maior é o desenvolvimento do município.

Para estimar o indicador de custo será utilizado o número de matrículas no ensino fundamental na rede pública, realizadas no estado de Mato Grosso do Sul, referente ao Censo Escolar INEP/2006 e 2016, bem como os dados do banco de dados formado pelas informações contábeis, orçamentárias e financeiras enviadas pelos entes da federação ao Tesouro Nacional – Finbra, despesas da função educação dos anos de 2006 e 2016. Para a estimativa do gasto em educação foi utilizado as despesas na função educação na sub-função 12.361-Ensino Fundamental.

Partindo da ideia de Brunet et al. (2008) será estimado um indicador de qualidade do gasto em educação, sendo a razão entre o indicador de desempenho em educação (índice Firjan) dos estudantes de cada município de Mato Grosso do Sul e o indicador de despesa educacionais.

(1)

Seguindo a metodologia de Brunet et al. (2008), o indicador de despesa na função educação será criado utilizando um modelo estatístico-matemático denominado “*score padronizado pelo método da função distribuição acumulada normal*”.

(2)

G: Indicador de despesa na função Educação do município;
 s: Despesas na função Educação, sub-função 361 - Ensino Fundamental;
 m: Total de matrículas na rede pública do ensino fundamental;
 μ : Média;
 σ : Desvio-padrão da despesa por aluno de todos os municípios;
 Sendo que o resultado é $0 \leq G \leq 1$.

Realizou-se também, uma análise descritiva apresentando através de gráficos, tabelas e

ilustrações a evolução e o desempenho da educação nos municípios de Mato Grosso do Sul ao longo de uma década.

4 RESULTADOS

O estado de Mato Grosso do Sul possui 79 municípios, de acordo com a disponibilidade de dados foram analisados dois anos. Para 2006 foram analisadas 74 cidades, sendo que os municípios de Eldorado, Nova Alvorada do Sul, Paraíso das Águas, Selvíria, Sete Quedas e Vicentina foram retirados por não apresentarem alguns dos dados necessários para o cálculo do indicador. A análise para 2016 é composta por 75 municípios, as cidades de Anastácio, Eldorado, Paraíso das Águas, Paranhos e Sete Quedas não disponibilizaram dados a respeito das despesas do município ou Índice Firjan de Desenvolvimento na função educação. Outras variáveis como número de matriculados e índice Firjan de desenvolvimento na função educação foram usados para encontrar um indicador que tenta estimar a qualidade do gasto em educação para os municípios de Mato Grosso do Sul.

No gráfico abaixo é possível identificar que dentre os escores do indicador do gasto calculados para o ano de 2006 o município de Jateí foi o mais alto tanto para os anos de 2006 quanto de 2016, seguido de Anaurilândia e para 2016 Deodápolis (Gráfico 1). O Gráfico 1 demonstra os dez municípios com melhores escores para os anos analisados.

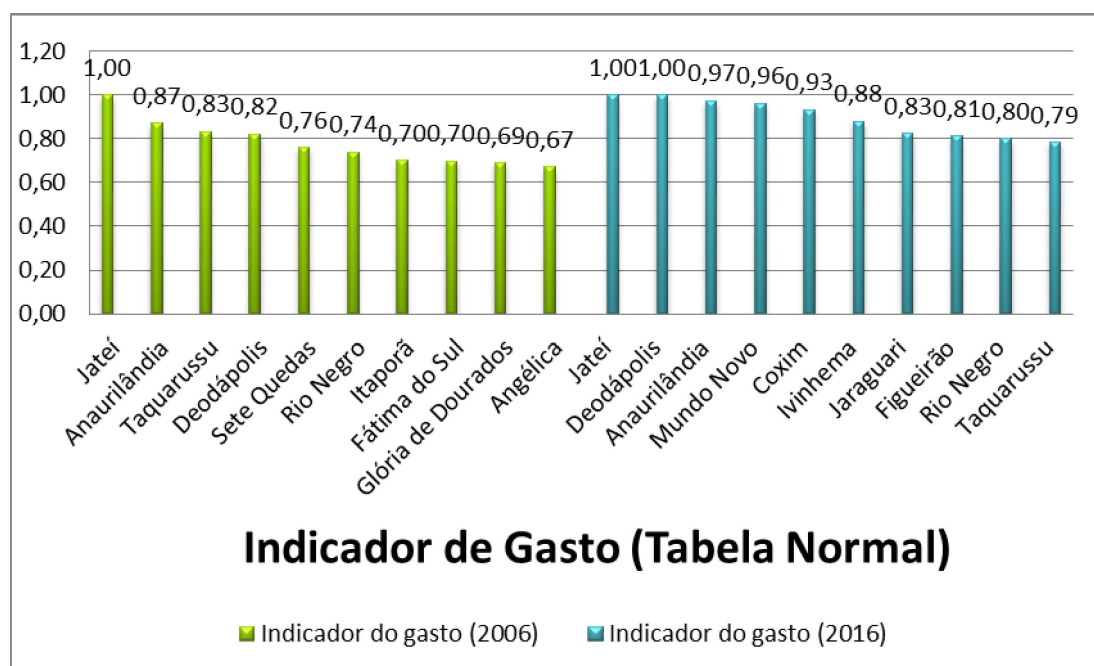


Gráfico 1 – Indicador de Gasto Público - Educação Fundamental no MS.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Finbra e INEP de 2006 e 2016.

Ao observar o gasto por aluno dos municípios de Mato Grosso do Sul os que se destacaram para o ano de 2006 foram Jateí com gasto de R\$ 14.395,37, em seguida Anaurilândia com R\$ 6.026,91, Taquarussu com R\$ 5.626,72, Deodápolis com R\$ 5.519,62 e Sete Quedas com R\$ 5.001,04. No ano de 2016 os municípios com maiores gastos por estudante foram Jateí, com gasto de R\$ 36.494,48 por aluno, seguido de Deodápolis com R\$ 29.413,64, Anaurilândia com R\$ 19.383,07, Mundo Novo com R\$ 18.528,17 e Coxim com R\$ 17.159,43. No Quadro 1 estão representados os dez municípios do estado para cada ano com maiores gastos por aluno.

Município	Gasto por Aluno (2006)	Município	Gasto por Aluno (2016)
Jateí	14.395,37	Jateí	36.494,48
Anaurilândia	6.026,91	Deodápolis	29.413,64
Taquarussu	5.626,72	Anaurilândia	19.383,07
Deodápolis	5.519,62	Mundo Novo	18.528,17
Sete Quedas	5.001,04	Coxim	17.159,43
Rio Negro	4.846,93	Ivinhema	15.561,42
Itaporã	4.586,26	Jaraguari	14.379,31
Fátima do Sul	4.551,31	Figueirão	14.124,84
Glória de Dourados	4.506,20	Rio Negro	13.856,71
Inocência	4.370,48	Taquarussu	13.629,80

Quadro 1 – Gasto por aluno na Educação Fundamental no Mato Grosso do Sul.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Finbra e INEP de 2006 e 2016.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) foi criado em 2008 inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano da ONU, sendo os componentes utilizados na construção do indicador do IFDM educação as matrículas na educação infantil, abandono no ensino fundamental, docentes com ensino superior no ensino fundamental, média de horas aula diárias no ensino fundamental e o resultado do IDEB no ensino fundamental.

O indicador de desempenho - IFDM Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na Dimensão Educação, representa o resultado da Prova Brasil dos municípios do Brasil, em escala quanto mais perto de zero e menor que 0,5 o desempenho do ensino está abaixo da média e quanto mais próximo de 1,0 e superior a 0,5 mostra que o desempenho está acima da média esperada. No Quadro 2, abaixo, pode-se observar os 10 municípios de Mato Grosso do Sul com indicadores mais altos do IFDM – Educação em 2006 e 2016.

Município	IFDM - Educação (2006)	Município	IFDM - Educação (2016)
Rio Negro	0,7199	Costa Rica	0,9376
Cassilândia	0,7171	Taquarussu	0,8968
Chapadão do Sul	0,7169	Cassilândia	0,8775
Aparecida do Taboado	0,6884	Naviraí	0,8701
Taquarussu	0,6806	São Gabriel do Oeste	0,8682
São Gabriel do Oeste	0,6799	Chapadão do Sul	0,8680
Fátima do Sul	0,6716	Nova Andradina	0,8656
Deodápolis	0,6695	Fátima do Sul	0,8545
Alcinópolis	0,6662	Angélica	0,8469
Angélica	0,6562	Água Clara	0,8316

Quadro 2 – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na Dimensão Educação.

Fonte: Elaboração própria com base no Índice Firjan de 2006 e 2016.

Ao se comparar os resultados, pode-se observar que o indicador apresentou valores maiores no ano de 2016. Na verdade, o valor mais baixo para o ano de 2016, do município de Água Clara (0,8316), é bem maior que o valor do indicador do município de Rio Negro (0,7199), que apresentou o melhor resultado no ano de 2006. Em termos gerais, isso mostra que nos últimos 10 anos houve uma melhora no indicador, entretanto, é preciso analisar cada município para poder verificar se individualmente houve uma melhora ou uma piora.

O indicador de qualidade do gasto educacional nada mais é que a divisão do indicador de desempenho (IFDM - Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal na Dimensão Educação) dividido pelo indicador de despesa, sendo que esses dois indicadores variam de 0 a 1. Quanto maior o numerador e menor o denominador maior será o indicador de qualidade do gasto educacional, desta forma os melhores resultados dependem de um bom desempenho com menor gasto por aluno. Para analisar os resultados pode-se observar, no Gráfico 2, os municípios que apresentaram os 10 maiores valores do indicador de qualidade do gasto nos anos de 2006 e 2016.

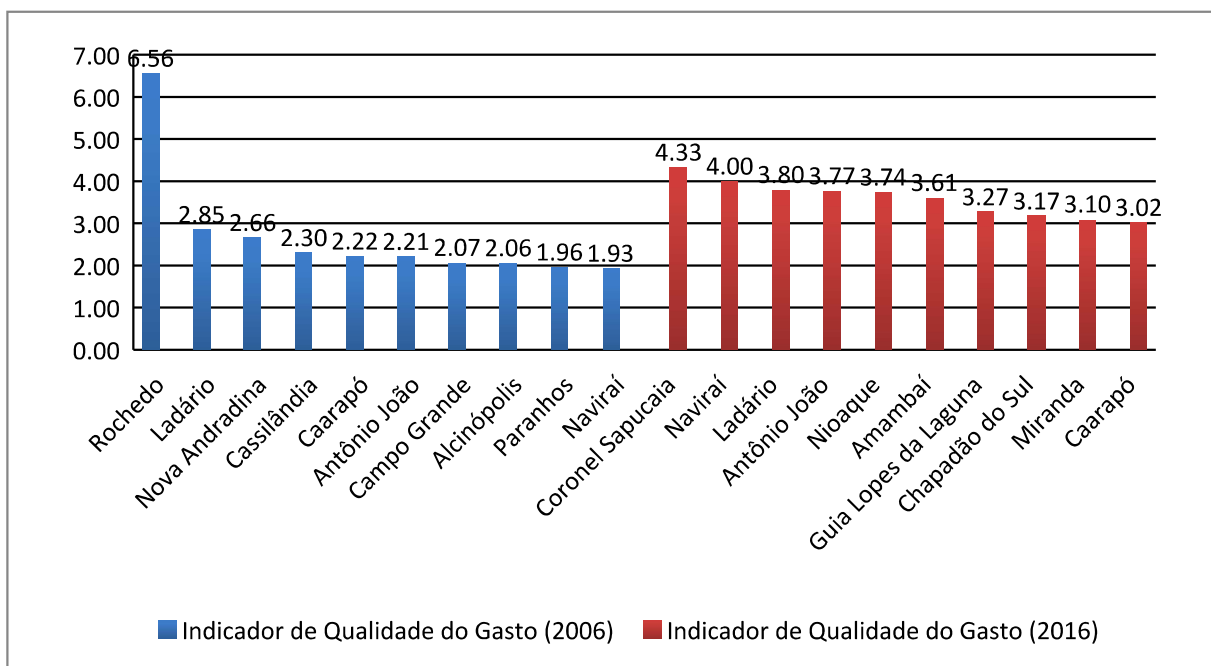


Gráfico 2 – Municípios com os 10 maiores valores do indicador de Qualidade do Gasto.

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Como pode-se observar, no ano de 2006 o município de Rochedo apresentou o maior indicador de qualidade do gasto e no ano de 2016 foi o município de Coronel Sapucaia. Alguns municípios aparecem entre os 10 melhores nos dois anos, como, por exemplo, Ladário, Caarapó e Antônio João. Além disso, o município de Campo Grande, que em 2006 estava entre os 10 melhores, perdeu posição e, em 2016, já não se encontra entre os 10 melhores. O Gráfico 3 apresenta os municípios com os 10 menores valores para o indicador.

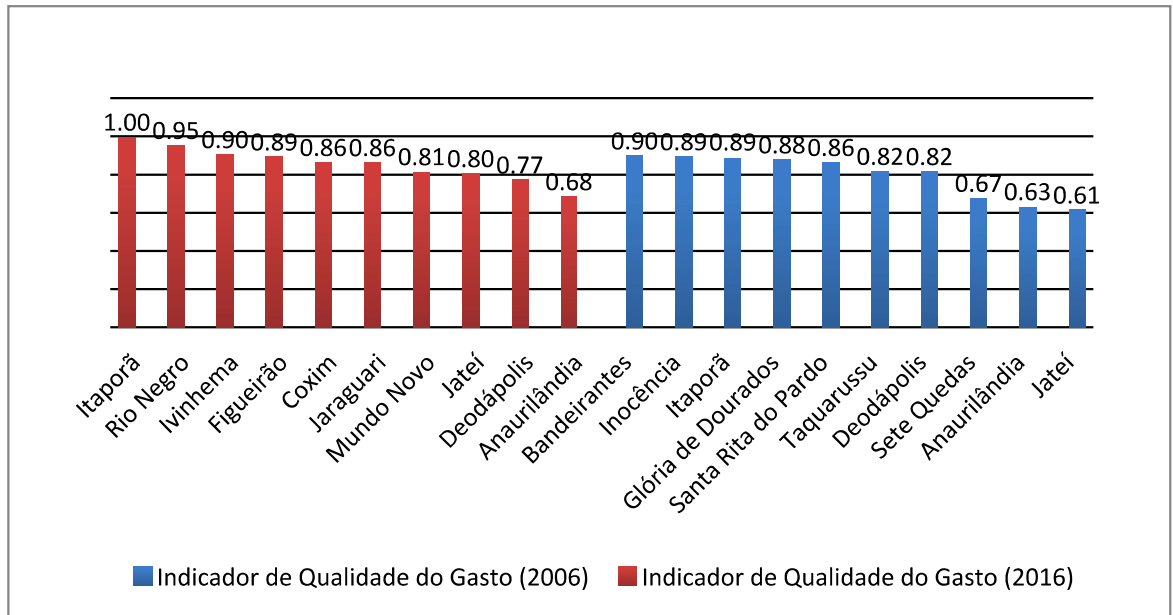


Gráfico 3 – Municípios com os 10 menores valores do indicador de Qualidade do Gasto.
Fonte: Resultados da Pesquisa.

Como pode-se observar, no ano de 2006 o município de Jateí apresentou o menor indicador de qualidade do gasto e no ano de 2016 foi o município de Anaurilândia. Alguns municípios aparecem entre os 10 menores índices de qualidade do gasto nos dois anos, como, por exemplo, Itaporã, Jateí e Anaurilândia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo fazer uma análise comparativa da qualidade do gasto público em educação nos municípios de Mato Grosso do Sul para os anos de 2006 e 2016. Para isso foi criado um indicador de qualidade do gasto educacional. A qualidade mensurada pelo indicador de qualidade advém da divisão entre o indicador de desempenho escolar Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal na função Educação e um indicador de gasto, que foi calculado através do tratamento estatístico denominado *Escore Padronizado pelo Método da Função Distribuição Acumulada Normal* e resultando no indicador de despesa.

O indicador de desempenho escolar, que é representado pelo Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, representa o indicador de desempenho escolar na rede de ensino pública e acompanha o desenvolvimento econômico dos municípios brasileiros. O gasto público em educação é composto pela razão dos gastos em educação e o número de matrículas na rede pública de ensino.

Através dos resultados encontrados foi possível verificar que os municípios que gastavam menos e com desempenho educacional melhor, resultaram em maior qualidade do gasto educacional. Entre os dez maiores valores do indicador pode-se destacar os municípios de Rochedo, Ladário e Nova Andradina em 2006 e Coronel Sapucaia, Naviraí e Ladário em 2016.

Apesar de ser possível perceber que há relação entre gasto educacional e desempenho escolar, existem outras variáveis que podem influenciar a qualidade do gasto educacional, mas que não foram utilizadas nesse trabalho. Essa foi a maior limitação desse estudo. Dessa forma, como estudos futuros, sugere-se que essas variáveis sejam analisadas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L. F. L. E.; MENEZES-FILHO, N. **A relação entre gastos educacionais e desempenho escolar**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 36., 2008, Salvador. Anais [...] Niterói: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2008. Disponível em: <[PDF] A Relação entre Gastos Educacionais e Desempenho Escolar | Semantic Scholar>.

ARAÚJO, Marciano Vieira de. **A Evolução do Sistema Educacional Brasileiro e seus Retrocessos**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 1. pp 52-62, Abril de 2017. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/evolucao-sistema-educacional>>.

BERNARDO, J. S.; ALMEIDA, F. M. Gastos públicos e a qualidade da educação em Minas Geras: uma análise de 2006 a 2010. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 11, n. 3, 2019.

BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE). Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <L10172 (planalto.gov.br)>.

BRUNET, J. F. G.; BERTÊ, A. M. A.; BORGES, C. B. Qualidade do gasto público em educação nas redes públicas estaduais e municipais. *Finanças Públicas: XII Prêmio Tesouro Nacional*, 2008.

CASTILHO, Mara Lucy. **Educação e crescimento econômico no Brasil**. 2003. 117 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. Disponível em : <Descrição: Educação e crescimento econômico no Brasil (ibict.br)>.

CASTRO, Carlos Renato de Melo. **Ensaio sobre Gasto Público**, 2014. Disponível em: <Repositório Institucional da UnB: Ensaio sobre gasto público>.

COSONATO, Lucas. **O Papel Do Agronegócio No Crescimento Econômico Sul-Mato-Grossense À Luz Do Modelo De Solow.** 2013. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=13482>.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Financiamento/FUNDEB.

GONÇALVES, Jéssica Afonso. Gasto público educacional na região centro-oeste. 2017. 31 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://bdm.unb.br/handle/10483/20269>>.

HAUFES, Roberto Eneas Flecha. Qualidade do gasto público em educação nos municípios do Mato Grosso Do Sul (2015). 2017. 45 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional) – Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1181>>.

ÍNDICE FIRJAN DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NA DIMENSÃO EDUCAÇÃO (IFDM-EDUCAÇÃO). Disponível em: <[://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MS&IdCidade=500370&Indicador=3&Ano=2006](http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MS&IdCidade=500370&Indicador=3&Ano=2006)>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Censo escolar, 2006 e 2016.

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB). Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>.

MARCOLINO, César Roberto Ferrara. Renda per capita e índice de desenvolvimento humano no Brasil. 2002. 94 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2002. Disponível em: <Descrição: Renda per capita e índice de desenvolvimento humano no Brasil (ibict.br)>

MENEZES-FILHO, Naercio. Os Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil. Instituto Futuro Brasil, Ibmeq-SP e FEA-USP. 2012. Disponível em: <ReP USP - Detalhe do registro: Os determinantes do desempenho escolar do Brasil>.

MONTEIRO, Joana. Gasto Público em Educação e Desempenho Escolar. *Rev. Bras. Econ.* 69 (4), oct-dez, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbe/a/GFsVGL8wvqsRQBB3wKVMB3h/?lang=pt>>.

MONTEIRO, Joana. **Gasto Público e Desempenho Escolar.** 2015. Disponível em: <<https://www.bing.com/search?q=MONTEIRO%2C+Joana.+Gasto+Público+e+Desempenho+Escolar.+2015&evd=8f2ba36611eb4fcba82d5feb956ac42&aqs=edge..69i57.954j0j4&FORM=ANAB01&PC=ACTS>>.

NOGUEIRA, Ângelo do Nascimento. **Ensaio sobre educação, desenvolvimento humano e crescimento econômico**. 2019. 97 folhas. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2567/2/AngelodoNascimentoNogueiraTese2019.pdf>>.

OCDE. **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico**. 2022

OLIVEIRA, A. M. S.; FLACH, L.; MATTOS, L. K. Análise dos gastos públicos com educação em ensino fundamental dos municípios de Mato Grosso do Sul. 2019. *Anais do Congresso Brasileiro de Custos – ABC*. Disponível em: <<https://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/4637>>.

PACIEVITCH, C. Responsabilidade docente: utopias de professores de história. Curitiba: Appris, 2014.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. *Paidéia*, FFCLRP – USP, Rib. Preto, 4, Fev/Jul, 1993.

SALLABERRY, Jonatas Dutra; SANTOS, Edicreia Andrade dos; PEREIRA, Pedro Henrique da Silva Melo e BRUM, Débora Larissa. Determinantes do gasto público em Educação nos municípios do estado do Mato Grosso do Sul. Ensaio: aval. pol. públ. educ. 30 (117), oct-dec, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0104-40362022003003020>>.

SALAZAR, M. B., PEREIRA, B. R. Eficiência do gasto público em educação para os municípios do Campus das Vertentes em Minas Gerais para o ano de 2019. *Economia e Políticas Públicas*, v. 9, n. 2, 2021.

SANTOS, E. A., et al. **Determinantes do gasto público com saúde nas cidades sul-matogrossenses**. *Gestão e Sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 42, p. 4013-4032, maio/ago. 2021. <https://doi.org/10.21171/ges.v15i42.3120>.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL – STN. Finbra: dados contábeis dos municípios – 1989 a 2012. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <FINBRA - Dados Contábeis dos Municípios - 1989 a 2012 - 2007 01 01 — Tesouro Transparente>

SILVA, Alexandra Maria. Eficiência Do Gasto Público E Qualidade Do Ensino Fundamental No Brasil. 2021. 92 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Organizacional) – Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/32385>>

SOUZA, M. C. M.; BEZERRA FILHO, J. E. O Efeito do Gasto Público na Qualidade da Educação Fundamental nas Capitais Brasileiras: Um Estudo Baseado no Indicador de Qualidade Educacional Responsável (IQER-2006/2013). *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 8, n. 2, mai-ago, 2018.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas, 2018.

WILBERT, M. D.; D' Abreu, E. C. C. F. Eficiência dos gastos públicos na educação: análise dos municípios do estado de Alagoas. *Advances in Scientific and Applied Accounting*. São Paulo, v. 6, n. 3, p. 348-371, 2013. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/18180/eficiencia-dos-gastos-publicos-na-educacao-ana>>.

ZOGHBI, A. C., et al. Uma análise da eficiência nos gastos em educação fundamental para os municípios paulistas. *Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 36, p. 9-61, jan./jun. 2011.

APÊNDICE

Quadro 1: Base de dados e resultados da pesquisa para o ano de 2016.

Município	Despesas Liquidadas Fundamental	Despesas Liquidadas Especial	Gasto Liquidado no Ensino Fundamental Regular	Número de Matrículas no Fundamental Regular	Gasto por aluno	Padronização	Indicador de Gasto (Tabela Normal)	Índice Firjan	Indicador de Qualidade do Gasto
Campo Grande	509832454,9		509832454,9	71196	7160,970489	-0,51	0,30503	0,8276	2,713025447
Dourados	146192292,9	546102,96	146738395,8	19080	7690,691606	-0,40	0,34458	0,7831	2,272692579
Corumbá	71567829,76	447571,85	72015401,61	9932	7250,845913	-0,49	0,31207	0,7245	2,321658858
Três Lagoas	63854144,91		63854144,91	8877	7193,212224	-0,50	0,30854	0,8021	2,599794724
Ponta Porã	52709336,78		52709336,78	7712	6834,716906	-0,58	0,28096	0,8038	2,861036945
Sidrolândia	35383344,26		35383344,26	5410	6540,359383	-0,64	0,26109	0,7627	2,921276835
Amambai	21910363,56	888140,51	22798504,07	4045	5636,218559	-0,82	0,20611	0,7436	3,607575561
Naviraí	23572170,36		23572170,36	4040	5834,695634	-0,78	0,2177	0,8701	3,996953654
Rio Brillhante	37222644,5	162396	37385040,5	3805	9825,240604	0,03	0,51197	0,8043	1,570948657
Nova Andradina	26804813,55		26804813,55	3601	7443,713843	-0,45	0,32636	0,8656	2,652432216
Maracaju	32541376,85	220000	32761376,85	3578	9156,337856	-0,11	0,4562	0,7829	1,716136847
Miranda	18528776,16		18528776,16	3112	5953,976915	-0,75	0,22663	0,7036	3,104421022
Aquidauana	24422553,72		24422553,72	2861	8536,369703	-0,23	0,40905	0,7191	1,757966703
Caarapó	16950406,13		16950406,13	2667	6355,607848	-0,67	0,25143	0,7591	3,019230322
Nova Alvorada do Sul	18836958,48	4403,55	18841362,03	2520	7476,730964	-0,45	0,32636	0,7903	2,421461447
Jardim	16048324,13		16048324,13	2444	6566,417402	-0,63	0,26435	0,7457	2,82074359
Ladário	12731127,13		12731127,13	2424	5252,115153	-0,90	0,18406	0,7003	3,804973795
Chapadão do Sul	15654141,03	260000	15914141,03	2376	6697,870804	-0,60	0,27425	0,8680	3,165174183
Coronel Sapucaia	11021562,28		11021562,28	2365	4660,280034	-1,01	0,15625	0,6765	4,329692059
Ribas do Rio Pardo	24623338,2		24623338,2	2297	10719,78154	0,21	0,58317	0,7406	1,270009993
Costa Rica	16194481,79	1824,2	16196305,99	2220	7295,633329	-0,48	0,31561	0,9376	2,970842023
São Gabriel do Oeste	15724778,15		15724778,15	2187	7190,113466	-0,50	0,30854	0,8682	2,813980327
Porto Murtinho	15036481,79		15036481,79	2009	7484,560373	-0,45	0,32636	0,6560	2,009946607
Bela Vista	17840127,62	36000	17876127,62	1970	9074,176457	-0,13	0,44828	0,7517	1,676750073

Itaquiraí	14699742,09	14699742,09	1967	7473,17849	-0,45	0,32636	0,7272	2,228209075
Paranaíba	17142259,11	17142259,11	1959	8750,515115	-0,19	0,42465	0,7929	1,867154431
Terenos	15170157,04	15170157,04	1942	7811,615366	-0,38	0,35197	0,7942	2,256335259
Bonito	14314498,86	14314498,86	1923	7443,837161	-0,45	0,32636	0,7164	2,195274861
Japorã	11172396,57	11172396,57	1751	6380,580565	-0,67	0,25143	0,6783	2,697874157
Sonora	13304616,2	13336416,2	1684	7919,487055	-0,36	0,35942	0,7406	2,060556561
Nioaque	8758397,53	8758397,53	1627	5383,157671	-0,87	0,19215	0,7195	3,744522125
Água Clara	12864787,99	12864787,99	1542	8342,92347	-0,27	0,39358	0,8316	2,112798604
Tacuru	9465713,47	9465713,47	1507	6281,16355	-0,69	0,2451	0,5968	2,434880555
Cassilândia	10534787,91	10534787,91	1364	7723,451547	-0,40	0,34458	0,8775	2,546517587
Dois Irmãos do Buriti	11871832,4	11871832,4	1281	9267,628728	-0,09	0,46414	0,7586	1,634315992
Rio Verde de Mato Grosso	9635562,17	9635562,17	1236	7795,762273	-0,38	0,35197	0,7533	2,1401975
Brasilândia	13764000,64	13764000,64	1215	11328,39559	0,33	0,6293	0,8025	1,275264961
Aral Moreira	11523466,88	11523466,88	1174	9815,559523	0,02	0,50798	0,6637	1,306581962
Aparecida do Taboado	8076186,34	8602030,55	1116	7707,912679	-0,40	0,34458	0,7833	2,273164609
Bataguassu	11967671,94	11967671,94	1116	10723,72038	0,21	0,58317	0,7935	1,360583526
Coxim	18789574,43	18789574,43	1095	17159,4287	1,50	0,93319	0,8051	0,862748164
Fátima do Sul	10315330,23	10315330,23	1054	9786,840825	0,02	0,50798	0,8545	1,682229523
Laguna Carapá	7189208,79	7189208,79	1015	7082,964325	-0,53	0,29806	0,7079	2,37499777
Ivinhema	15561421,01	15561421,01	1000	15561,42101	1,18	0,881	0,7965	0,904033297
Bodoquena	9091729,32	9091729,32	895	10158,35678	0,09	0,53586	0,7780	1,451803874
Camapuã	10778077,85	10850077,85	892	12163,76441	0,50	0,69146	0,7612	1,100870335
Ignatemi	8069605,42	8173621,42	880	9288,206159	-0,08	0,46812	0,7329	1,56569831
Santa Rita do Pardo	6495239,76	6495239,76	843	7704,910747	-0,40	0,33458	0,6946	2,075940645
Guia Lopes da Laguna	4821696,42	4821696,42	785	6142,288433	-0,72	0,23576	0,7717	3,273050228
Selvíria	7906360,45	7974140,45	746	10689,19631	0,20	0,57926	0,7468	1,289307045
Caracol	6475308,99	6475308,99	742	8726,831523	-0,20	0,42074	0,7029	1,670584906
Angélica	6002164,34	6202164,34	724	8566,525331	-0,23	0,40905	0,8469	2,070516994
Novo Horizonte do Sul	4572686,54	4572686,54	686	6665,723819	-0,61	0,27093	0,7589	2,800994179

Antônio João	3867185,25		3867185,25	679	5695,412739	-0,81	0,20897	0,7872	3.767146032
Itaporã	8472091,24		8472091,24	668	12682,77132	0,60	0,72575	0,7224	0,995341045
Juti	4612723,15		4612723,15	615	7500,362846	-0,44	0,32997	0,6717	2,035593398
Batayporã	6749157,28	168000	6917157,28	571	12114,11082	0,49	0,68793	0,7930	1,152769253
Alecinópolis	4706143,84	144000	4850143,84	520	9327,199692	-0,07	0,4721	0,7318	1,55018151
Inocência	6441813,7		6441813,7	514	12532,71148	0,57	0,71566	0,7695	1,075298632
Bandeirantes	6640460,72		6640460,72	513	12944,36788	0,65	0,74215	0,7813	1,052740173
Glória de Dourados	4827375,43		4827375,43	499	9674,099058	0,00	0,5	0,8117	1,623349743
Corguinho	3401827,06		3401827,06	480	7087,139708	-0,53	0,29806	0,7133	2,393243599
Sete Quedas	3600748,08		3600748,08	479	7517,219374	-0,44	0,32997	0,7217	2,187048178
Rochedo	3997298,02		3997298,02	478	8362,548159	-0,27	0,39358	0,7971	2,025212486
Pedro Gomes	4699036,94		4699036,94	455	10327,55371	0,13	0,55172	0,7628	1,382629192
Anaurilândia	8780529,13		8780529,13	453	19383,06651	1,95	0,97441	0,6660	0,68344439
Jaraguari	6053688,99		6053688,99	421	14379,30876	0,94	0,82639	0,7125	0,862230013
Mundo Novo	7596551,09		7596551,09	410	18528,17339	1,78	0,96246	0,7839	0,814432581
Douradina	3572551,88		3572551,88	381	9376,776588	-0,06	0,47608	0,7016	1,473746947
Vicentina	3194360,31		3194360,31	377	8473,104271	-0,25	0,40129	0,8037	2,002735427
Taquarussu	4729539,04		4729539,04	347	13629,7955	0,79	0,78524	0,8968	1,142058534
Rio Negro	4662388,05	48894,55	4711282,6	340	13856,71353	0,84	0,79955	0,7612	0,951995877
Figueirão	3319338,42		3319338,42	235	14124,84434	0,89	0,81327	0,7252	0,891727576
Deodápolis	5441523,43		5441523,43	185	29413,64016	3,97	0,99996	0,7709	0,770934009
Jateí	5036237,83		5036237,83	138	36494,47703	5,40	1	0,8044	0,804375142

Média 9694,685086

Desvio Padrão 4962,748416